

JAMAIS FOMOS AUTÔNOMOS. MEDIATIZAÇÃO PARA ALÉM DA PURIFICAÇÃO MODERNA

WE HAVE NEVER BEEN AUTONOMOUS. MEDIATIZATION BEYOND THE MODERN PURIFICATION

André Fabrício da Cunha Holanda*

RESUMO:

A Teoria da Miatização proposta por Stig Hjarvard aborda as mudanças estruturais de longo prazo trazidas pela relativa autonomização da mídia na modernidade tardia, bem como sua influência sobre as demais instituições sociais, que passam, de acordo com o autor, a operar segundo uma “lógica midiática” que lhes é estranha. O propósito do presente artigo é ponderar esta perspectiva em contraste com a crítica apresentada por Bruno Latour no livro “Jamais fomos modernos” ao programa de purificação epistemológica típico da Modernidade, que o autor chama de “constituição moderna”. O argumento é que as análises comprometidas com tal esforço necessariamente malsucedido de purificação epistemológica do mundo em campos e saberes independentes entre si desaguam fatalmente em um diagnóstico de heteronomia como aquele realizado por Hjarvard que não representa mais do que uma contradição inerente entre as postulações da “constituição moderna” e uma realidade marcada, cada vez mais, por processos de hibridização que ultrapassam e colocam em crise as fronteiras impostas pela modernidade, confrontando o pesquisador com objetos e campos de estudo inelutavelmente heterogêneos. Uma perspectiva alternativa para compreender a natureza híbrida das articulações midiáticas na sociedade contemporânea poderia beneficiar-se da Teoria Ator-rede como recusa à redução purificadora típica do modernismo.

PALAVRAS-CHAVE:

Miatização, Mediação, Teoria Ator-rede

ABSTRACT:

The Theory of Mediatization proposed by Stig Hjarvard addresses long-term structural change brought about by the relative autonomy of the media in Late Modernity as well as its

* Professor da Faculdade Social da Bahia. Doutor e Mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas pelo Programa de Pós Graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea da Universidade Federal da Bahia. SALVADOR, Brasil. andreholanda@gmail.com

influence upon other social institutions, which, according to the author, begin to operate under an external “media logic”. The purpose of this paper is to consider this theoretical perspective in contrast with the critique presented by Bruno Latour in his book “We Have Never Been Modern” against the epistemological purification typically associated with the program of Modernity identified as “the Modern Constitution” by the author. The argument is that analyses committed to such effort of epistemological purification of the world in isolated fields of knowledge will necessarily come to a diagnostic of heteronomy as the one advanced by Hjarvard, which represents nothing but a confirmation of the inherent contradiction between the Modern Constitution’s postulations and a reality more and more characterized by processes of hybridization that trespass and put in crisis the frontiers imposed by modernity, confronting researchers with objects and fields of study necessarily heterogeneous. An alternative perspective to understand the hybrid nature of media articulations on contemporary society could benefit from Actor-Network Theory, as a refusal of the purifying reductions typical of modernism.

KEYWORDS:

Mediatization, Mediation, Actor - Network Theory

Andreas Hepp relata que o termo midiatização começa a ser usado no início do século XX, no livro “*The Bearer of Public Opinion*”, de Ernst Manheim, publicado em 1933 com o intuito de descrever os efeitos da comunicação de massa sobre as relações sociais (HEPP, 2014).

O uso mais comum atualmente designa o caráter ubíquo da influência exercida pela mídia na sociedade atual. São diversas e contraditórias as apreensões teóricas deste fenômeno, ora pelo viés do discurso e dos dispositivos disciplinares (FAUSTO NETO, 2008), ora pela teoria dos campos de Bourdieu, ou por uma abordagem institucional nos termos da Teoria da Estruturação (HJARVARD, 2012; 2014).

A divergência de percursos impede que se possa falar em um conceito unificado, mas sugere um movimento concomitante, ainda que não coordenado, de esforços independentes visando compreender a penetração da mídia em âmbitos sociais tradicionalmente autônomos. A vinculação com a modernidade tardia, ou com a pós-modernidade, é constante produtiva para a tarefa de elucidar o sentido geral do fenômeno.

Esta relação entre midiaticização e modernidade é um traço fundamental da formulação proposta por Stig Hjarvard, ponto central desta análise. Quando se fala atualmente em Teoria da Midiaticização é geralmente sobre esta proposta que se fala.

A midiaticização deveria ser vista como um processo de modernização comparável à globalização, à urbanização e à individualização [...] Em comparação com estes outros processos, a midiaticização só adquiriu importância em uma etapa posterior da modernidade, a alta modernidade, quando os meios de comunicação cada vez mais se distinguem das outras instituições (o que classificamos como emergência de uma instituição midiática semi-independente), ao mesmo tempo em que se reintegram à cultura e à sociedade (o que classificamos como integração dos meios de comunicação em diversas instituições sociais) (HJARVARD, 2014, p. 22).

Esta formulação tem recebido crescente atenção no país, como atesta a publicação do livro “A Midiaticização da Cultura e da Sociedade” (HJARVARD, 2014), bem como diversos artigos, culminando com a presença do autor, como referência principal no dossiê sobre Mediação e Midiaticização da Revista MATRIZES (2014).

Nosso foco recai sobre algumas características desta proposta que merecem discussão. A primeira é a concepção de mudança estrutural que o autor sugere situada fora do tempo e espaço, da esfera microsocial das interações. Não se trata, está claro, de uma perspectiva ingênua de “purificação” nos termos criticados por Bruno Latour em “Jamais fomos modernos” (1994), como fundamento do que o autor chama de “Constituição Moderna”, tema aplicado recentemente à pesquisa em comunicação (LEMOS e HOLANDA, 2013; LEMOS, 2013; HOLANDA, 2014) a partir de traduções como as do glossário abaixo:

CONSTITUIÇÃO MODERNA: Cosmograma baseado na separação radical entre sujeito e objeto, portanto, realidades subjetivas e objetivas em domínios que precisariam ficar irrevogavelmente separados. Esta cisão inicial acarreta a criação de verdadeiros abismos artificiais entre o Social e a Natureza, por exemplo, que nesta visão essencialista, é a transformação em realidades substantivamente distintas e irreconciliáveis. Daí propagam-se novas cisões a exemplo da separação entre culturas (humanas) e técnicas (inumanas, as vezes desumanas). A ironia está em que este esforço de purificação dos domínios da realidade acarreta uma desenfreada hibridização entre fatos e valores, culturas e técnicas, subjetivas e objetivas diversas. [...] **PURIFICAÇÃO:** Esforço para separar artificialmente e impedir o acesso e comunicação entre domínios da realidade que em decorrência precisam ser abordados como se existissem em substâncias estáveis e distintas (HOLANDA, 2014 p. 300 et seq.).

O próprio Hjarvard esclarece em vários momentos que seu objetivo é justamente romper com a separação artificial entre cultura, sociedade e mídia “A sociedade contemporânea está permeada pela mídia de tal maneira que ela não pode mais ser considerada como algo separado das instituições culturais e sociais” (HJARVARD, 2012, p. 52).

Além deste objetivo, a princípio contrário à noção de purificação, bastaria a filiação à perspectiva institucional de Giddens (2013) para mostrar que não se trata de uma visão tipicamente modernista, mas sim de uma tentativa de atualizar as abordagens em um mundo muito distante daquele disciplinado cosmo sonhado pelo pensamento moderno. Não se trata tampouco de uma perspectiva totalizante, uma vez que “[...] em contraste com a teoria macrossociológica (p.ex., a teoria dos sistemas de Parsons ou de Luhmann) ou com as abordagens microsociológicas (p. ex., o interacionismo simbólico), possibilita descrever a dinâmica interação entre estrutura e (inter)ação” (HJARVARD, 2014 p. 43).

A questão que se coloca é o quanto a iniciativa é bem sucedida em evitar as contradições da Constituição Moderna. O objetivo deste artigo é avaliar a persistência de certo impulso purificador das categorias e âmbitos sociais, sejam eles vistos pelo prisma da estruturação de Giddens (2013), ou pela teoria dos campos e do *habitus* de Bourdieu (2007). O risco está em esconder a natureza complexa e heterogênea das redes que sustentam os fenômenos aqui estudados, levando a um diagnóstico forçosamente negativo de uma condição de hibridização e interdependência que em uma perspectiva orientada pela Teoria Ator-rede (TAR) são condição necessária da existência da própria sociedade.

MEDIAÇÕES E MEDIATIZAÇÕES

A perspectiva de Hjarvard faz questão de evitar as duas abordagens que o autor considera dominantes nos estudos da comunicação. Sua abordagem recusa tanto o “paradigma dos efeitos”, que estuda o que a mídia faz com as pessoas, as representações e opiniões da esfera pública; quanto os “estudos de recepção”, para o autor: o que as pessoas fazem com a mídia (HJARVARD, 2014, p. 14).

A **mediatização** investiga os efeitos de longo prazo sobre a sociedade como um todo, abordando não as interações concretas, que o autor identifica com a **mediação**, mas sim, a influência resultante de um *modus operandi* nas interações entre mídia e instituições que precisariam ver-se submetidas à lógica de funcionamento dos meios de comunicação para manter sua relevância e influência.

A mediação em si não interessa ao autor, que a define de maneira bastante restritiva: “[..] ‘mediação’, isto é, o uso da mídia para a comunicação de sentido”. (HJARVARD, 2014, p. 15). O intuito seria evitar o fechamento da pesquisa aos limites do circuito comunicativo, na articulação entre emissão, mensagens e recepção; tratando, portanto, a comunicação como algo separado dos domínios da cultura e da sociedade.

Se o estudo da mediação atenta para casos específicos de comunicação situada no tempo e no espaço [...], os estudos de midiatização ocupam-se de mudanças estruturais de longo prazo relativas ao papel da mídia na cultura e sociedade, em que os meios de comunicação adquirem maior autoridade para definir a realidade e os padrões de interação social (HJARVARD, 2014, p. 15).

Eis aí uma primeira dificuldade de articulação com a Teoria Ator-rede: este papel meramente instrumental a que é relegada a mediação pela perspectiva de Hjarvard. Para a TAR, a mediação é sempre tradução, nunca o mero transporte de informação sem interferência. O contraste é, portanto, evidente e se encontra expresso na distinção entre mediação e intermediação.

INTERMEDIÁRIO: Elemento articulado a uma rede na condição de transportar efeitos ou informação sem interferências. [...] MEDIAÇÃO (versus INTERMEDIAÇÃO): Efeito da mobilização de um elemento que provoca um deslocamento no curso de ação ao qual é articulado, tornando-se, portanto, actante ou mediador e não mero intermediário. Toda mediação é uma tradução do programa de ação a que se articula. MEDIADOR: Actante de pleno direito, elemento que estende um curso de ação, contribuindo com mais do que o mero transporte de efeitos ou informação, ao preço de provocar deslocamentos no curso da ação (HOLANDA, 2014, p. 303).

Note que a perspectiva de Hjarvard não implica que os meios devessem ser meros instrumentos a serviço das demais instituições. A avaliação do autor não sugere uma anomalia ou uma corrupção da sociedade atual, como tantas abordagens críticas já fizeram. O objetivo do autor é problematizar a dinâmica de autonomia ou heteronomia entre as diversas instituições.

Os meios de comunicação não são apenas tecnologias que as organizações, os partidos ou os indivíduos podem optar por utilizar – ou não utilizar – como bem entenderem. Uma parte significativa da influência que a mídia exerce decorre do fato de que ela se tornou uma parte integral do funcionamento de outras instituições, embora também tenha alcançado um grau de autodeterminação e autoridade que obriga essas instituições, em maior ou menor grau, a submeterem-se a sua lógica (HJARVARD, 2012, p. 54).

Com isto fica traçada a fronteira que separa os estudos de mediação do que se convencionou chamar de “estudos dos meios”, pelo menos na visão instrumental e determinista em que estes costumam ser enquadrados. Esta perspectiva constata que a consistência interna do campo ou das instituições midiáticas impossibilitaria uma visão instrumental dos meios.

A questão que permanece é a redução da própria mediação a uma mera interação instrumental.

Talvez seja apressada a maneira como Hjarvard relega os estudos de recepção a uma perspectiva parcial ou mutiladora do fenômeno que nos interessa aqui. Como ressalta Maria Immacolata Vassalo de Lopes, a partir do trabalho de Martín-Barbero (1997) “A mediação pode ser pensada como uma espécie de estrutura incrustada nas práticas sociais e na vida cotidiana das pessoas que, ao realizar-se através dessas práticas, traduz-se em múltiplas mediações” (LOPES, 2014, p. 68).

Uma possível razão para descartar a mediação tal como proposta por Martín-Barbero, seria não atender à exigência de Hjarvard, que era não apenas integrar produção, mensagem e recepção em um mesmo processo, mas, superar os limites do circuito comunicativo. Na avaliação de Lopes, no entanto, não há nenhuma contradição entre abordar o circuito e integrar os âmbitos sociais, partindo-se da proposta de Martín-Barbero.

Em síntese, a abordagem das mediações se afirma como renovadora em função de que a noção de mediação emerge de uma visão (re)integradora dos fenômenos de comunicação a partir do trinômio comunicação-cultura-política (em seus próprios termos, também renovado), a partir da qual critica-se o exclusivismo e o determinismo dos paradigmas informacional-tecnológico, semiológico e ideológico que têm marcado a história dos estudos de comunicação na América Latina e no Brasil. Organiza-se, então, como uma perspectiva que pretende integrar todos os âmbitos da comunicação, tanto a produção e o produto como a recepção (LOPES, 2014, pp. 68-69).

Também para Andreas Hepp, a principal diferença entre os dois conceitos não pode ser captada pela formulação redutora de Hjarvard.

A mediação é adequada para descrever as características gerais de qualquer processo de comunicação de mídia. Martín-Barbero, por exemplo, usou o termo para enfatizar que comunicação (midiática) é um ponto de encontro de forças bastante diversas de conflito e integração [...] podemos dizer que esses dois conceitos descrevem algo diferente: a mediação é o conceito para teorizar o processo de comunicação como um todo; mediação,

diferentemente, é um termo mais específico para teorizar a mudança relacionada à mídia. (HEPP, 2014, p. 46).

Mesmo não convencidos de que Hjarvard faça jus à toda a complexidade dos processos de mediação, podemos partir desta primeira distinção com relação aos estudos de meios, os estudos de efeitos e de recepção, o próximo passo é distinguir esta de outras propostas de midiaticização em debate na academia.

MIDIATIZAÇÃO E MODERNIDADE

Como vimos, para o autor, a midiaticização é um processo estruturante no entrelaçamento de mídia, sociedade e cultura (HJARVARD, 2012, 2014; HEPP, 2011, 2014). O próprio Hjarvard aponta outros autores que abordam a midiaticização a partir de perspectivas muito mais abrangentes que a sua pretende. Considerando a midiaticização como processo constitutivo da própria modernidade, desde o surgimento da imprensa (THOMPSON, 2004), ou até mesmo da própria humanidade, enquanto exteriorização dos processos mentais, a partir da pintura rupestre (VERÓN, 2014). Não é intenção de Hjarvard chegar tão longe. Seu foco está sobre a modernidade tardia. Neste ponto surge a oportunidade para que o autor faça mais uma distinção, desta vez com relação aos pós-modernos, cuja concepção de midiaticização é vista como ao mesmo tempo simples demais e ambiciosa demais.

O conceito de midiaticização proposto neste livro não endossa a ideia de que a realidade mediada reine soberana, tampouco a alegação de que as distinções ontológicas convencionais tenham ‘desmoronado’ [...]. É difícil imaginar como poderiam as instituições sociais continuar funcionando se fato e ficção, natureza e cultura, arte e ciência deixassem de ser entidades distinguíveis (HJARVARD, 2014, p. 33).

O enquadramento histórico é mesmo a modernidade tardia marcada pela globalização. Para o autor, seu caráter é historicamente situado e correlato à globalização, uma vez que, por um lado, esta pressupõe os meios técnicos de comunicação capazes de abarcar os principais pontos do planeta, passando por cima da maior parte das barreiras linguísticas, jurídicas e culturais; enquanto, por outro, “impulsiona o processo de midiaticização ao institucionalizar a comunicação e a interação mediada em muitos novos contextos”. O momento histórico em que vicejam ambos os fenômenos é “o final do século XX”, seu lugar no mundo são as “sociedades modernas, altamente industrializadas” (HJARVARD, 2014, p. 38).

Este enquadramento se deve ao processo de desenvolvimento institucional dos meios de comunicação que o autor analisa em três períodos característicos: até a década de 1920, os meios seriam meros instrumentos de agitação, divulgação e influência de outras instituições; entre 1920 e 1980, ganham o caráter de instituições culturais, deixando de orientar-se por interesses particulares e passando a atender ao interesse público, por influência do controle estatal dos meios audiovisuais; finalmente; a partir de 1980, com o descrédito dos monopólios estatais, o maior profissionalismo dos meios e o envolvimento cada vez maior do público, os meios caracterizam-se como instituições semi-independentes, integradas às demais instituições e cada vez mais caracterizados como atores econômicos de um mercado altamente segmentado e competitivo, orientado à satisfação consumista de um público-alvo específico (HJARVARD, 2014, p. 51).

Esta dualidade de um desenvolvimento simultâneo em duas direções aparentemente opostas: como instituição semi-independente por um lado; por outro, fortemente integrada às demais instituições exige uma atenção maior.

Instituições representam os elementos estáveis, previsíveis da sociedade moderna; constituem a estrutura da comunicação e ação humanas em uma dada esfera da vida, em determinado tempo e lugar. Fornecem os meios para a reprodução da sociedade dentro da esfera em questão, conferindo-lhe certo grau de autonomia e uma identidade distinta em relação a outras esferas (HJARVARD, 2014, p. 43).

O que quer dizer esta instituição semi-independente? (HJARVARD, 2014, p. 42 et seq.) Uma possível solução seria salientar que, a partir de Giddens, o autor considera que as instituições se definem pela autonomia na gestão de dois tipos de atributos: recursos e regras. Vale notar que a definição de recursos vai além dos insumos de produção, uma vez que valores como a autoridade, ou a credibilidade (tão importante para a mídia) também se enquadram neste tipo de atributo. Já as “regras” podem ser explícitas ou implícitas, abrindo a possibilidade de que uma instituição pareça autônoma quando são consideradas apenas as regras institucionais “oficiais”, explicitadas em documentos formais, mas acabe revelando sua dependência com relação a outras ao aplicar implicitamente regras exógenas. A campanha política, é um exemplo bem conhecido. Sofre tal influência de regras implícita oriundas do campo midiático que um regimento interno, específico e explícito precisou ser incorporado aos atributos da política com o intuito de impedir sua desvirtuação.

Mas será que existe uma contradição real entre a autonomia institucional e o caráter pervasivo das redes midiáticas? A perspectiva do autor é que este processo é resultado do percurso da modernização marcado pela divisão e diferenciação do trabalho, que retirou progressivamente os meios de comunicação do controle de interesses particulares, para consolidar seu papel central na sociedade graças ao controle estatal da radio-difusão, chegando à sua autonomização (relativa) em virtude da desregulamentação e da hegemonia do livre mercado.

Um ponto problemático é que a própria mídiatização não é resultado de processos internos aos meios, “mas também um produto complexo das mudanças tecnológicas, políticas e econômicas” (HJARVARD, 2014, p. 49). Eis aí novamente a hibridização sabotando a autonomia dos campos e instituições nas palavras do próprio Hjarvard. Parece que também a mídia jamais foi moderna.

LÓGICA DA MÍDIA E AFFORDANCE

O modo como a influência da mídia transparece na visão do autor é através da “lógica da mídia” que ele defende das críticas de essencialismo. Para Hjarvard “[...] ao negarem-se as propriedades internas aos meios de comunicação e sua dinâmica própria, dissolvem-se as especificidades da mídia na ‘prática’ da interação social situada e acabamos com um enigma, não com uma resposta para o problema” (HJARVARD, 2014, p. 38). Eis aí mais um ponto de contradição entre TAR e a Mídiatização. Este ponto controverso recebeu a crítica de Andreas Hepp (2011).

Originalmente, o conceito de uma lógica de mídia remonta a David Altheide e Robert Snow. Para entender o papel da mídia, eles aventavam que era necessário indagar de que maneira a mídia como “forma de comunicação” (Altheide e Snow, 1979: 9) transforma nossa percepção e a interpretação do social. O conceito de lógica de mídia tenta capturar isso. Altheide e Snow defendem que a lógica de mídia é inerente não aos conteúdos da mídia, mas à sua forma de comunicação. (HEPP, 2014, p. 47).

O primeiro argumento feito contra uma lógica da mídia pervasiva deriva do caráter heterogêneo das influências da mídia que dificilmente revelaria *uma* lógica determinante; o segundo ponto problemático é a suposição de um processo linear de mudanças. Hepp atribui este aspecto excessivamente disciplinado das interferências entre mídias e outros campos na abordagem de Hjarvard a um resultado da sua dependência com relação

às narrativas lineares de transformações das Teorias da Modernização dos anos 70. Como já vimos, a filiação de Hjarvard com a perspectiva da modernidade tardia é inequívoca.

Para entender a perspectiva do autor, precisamos considerar a maneira como esta lógica interna influencia a cultura e sociedade interferindo nas interações sociais oferecendo determinadas potencialidades de uso, ou seja, *affordances* (GIBSON, 1977). “Alguns usos são praticamente impostos, ao passo que outros são descartados. Em suma: as *affordances* de qualquer objeto dado possibilitam certas ações, excluem outras e estruturam a ação entre ator e objeto” (HJARVARD, 2014, p. 52).

Como costuma acontecer na área da comunicação, a teoria de Gibson é apresentada juntamente com sua atualização por Norman (1990), que enriquece o aspecto relacional da proposta através do conceito de “*affordance* percebida”, bem como chamando a atenção para o caráter negociado desta influência. “Assim, as *affordances* de um objeto são influenciadas pelos motivos/objetivos do usuário e, por extensão, pelas convenções e interpretações culturais que cercam o objeto”, como reconhece o próprio Hjarvard (2014, p. 53).

Bastaria esta negociação entre dois cursos de ação, perfeitamente adequada para uma análise Ator-rede, para eliminar um problema central da relação entre mídia e outros âmbitos. Discursos do “impacto”, da “intervenção”, da “imposição” da “lógica midiática” sobre outros campos costumam silenciar o interesse dos demais campos em mobilizar a mídia para ampliar seus próprios recursos. Se as instituições midiáticas sofrem desvios e tornam-se, em alguma medida, dependentes das articulações com a mídia, é difícil imaginar que o mesmo não ocorra no sentido inverso. Será preciso lembrar até que ponto as relações com poder e mercado revelam fragilidades e dependências da mídia com relação a outras redes?

Outra consequência da adoção das *affordances* é que a solução do autor para descrever estas propriedades internas do que ele chama de “lógica da mídia” podem facilmente ser traduzidas de modo a reconciliá-la com a interação social e a mediação, uma vez que a teoria das *affordances* de Gibson pode ser facilmente traduzida com a ajuda de conceitos da TAR como programa de ação e inscrições**.

** Cf. Holanda (2014).

Uma coisa que não se pode fazer neste processo de tradução é confundir *affordance* e *prescrição*. Dizer que os objetos trazem inscritas nas suas características concretas (e não em alguma lógica interna) as suas possibilidades de uso (e não “potencialidades” como prefere Hjarvard), não é dizer que uma lógica interna condiciona certos usos ao invés de outros. A *affordance* é o conjunto de inscrições que permitem a “gambiarra”.

A *affordance* é uma propriedade do objeto que indica uma utilidade, tornando-o disponível para algum curso de ação, não é necessariamente uma prescrição, esta é uma propriedade do programa de ação, que tenta disciplinar, tornar efetivo ou eficiente o uso projetado para um dado objeto (HOLANDA, 2014, p. 51).

Hjarvard segue apresentando as principais *affordances* trazidas pela midiaticização às interações: um deslocamento em relação à presença face-a-face permite um maior grau de autonomia do sujeito, que passa a poder gerenciar múltiplas interações simultaneamente, descoladas de locais específicos, com maior independência para a otimização dos encontros em benefício próprio; bem como novas possibilidades de gestão da própria imagem. Tudo isto acarreta reestruturações das regras sociais e principalmente um descolamento com relação ao local e contexto dos encontros, antes rigidamente delimitados.

Em uma análise orientada pela teoria da estruturação de Giddens, como é o caso, todas estas renegociações no nível microssocial ganham destaque ao caracterizarem “impactos *estruturantes* das *affordances* midiáticas sobre a interação humana” (HJARVARD, 2014, p. 67, grifo nosso). Dizer que tais mudanças sejam estruturantes significa que tais mudanças implicam modificações profundas nas próprias estruturas sociais, as quais são permanentemente atualizadas pela interação.

Concomitante a isto, e de maneira análoga, o mesmo tipo de fenômeno ocorre no nível macrossocial, em que os meios de comunicação se promovem a domínio de experiências compartilhadas, interface institucional e esfera pública política, efeitos que recaem sobre cada instância específica de interação nestes âmbitos.

Outro efeito estruturante fundamental da midiaticização é a “influência de redes midiáticas estendidas e interativas sobre o caráter social – o *habitus* – do indivíduo”, responsável pela constituição do “desenvolvimento de um individualismo brando, *dependente de laços sociais fracos*” (HJARVARD, 2014, grifo do autor).

DAS SOLUÇÕES DE COMPROMISSO A UM NOVO LIMIAR

Como se pode ver, tanto Bourdieu, quanto Giddens são mobilizados pelo autor com o mesmo fim: superar uma contradição essencial, seja entre o mundo social (ou os repertórios culturais) e as disposições íntimas dos atores, por meio do conceito de *habitus*, como propõe Bourdieu (2007); seja, na perspectiva de Giddens (2013), a dicotomia entre o nível microsocial e o macrossocial por meio da estruturação como fundamento conciliador entre estruturas e agentes.

Já deve haver ficado claro, do ponto de vista da TAR, estas são apenas soluções de compromisso para dilemas centrais das ciências sociais.

Esta alternância abrupta foi denominada dilema ator/sistema ou debate micro/macro. A questão é decidir se o ator está “num” sistema ou se o sistema é composto “de” atores interagentes. Se ao menos o meneio vertiginoso cessasse brandamente. Em geral a estratégia consiste em reconhecer polidamente o problema, em declarar que se trata de uma questão artificial e em seguida prosseguir, dividindo em partes um lugar aconchegante que se supõe ser um debate acadêmico mediante o expediente de imaginar um compromisso razoável entre as duas posições (LATOIR, 2012).

Esqueça-se a expectativa de purificação dos domínios e o problema das hibridizações desaparece, da mesma forma, esqueça-se a separação entre estrutura/sistema e agência/ator e esta oscilação entre pólos irreconciliáveis dispensa soluções parciais de *habitus* e estruturação.

A rede de actantes que compõe esta instância de agência chamada Ator-rede é responsável pela característica interpenetração entre as diversas redes, seu caráter de agenciamento complexo, irreduzível a uma unidade a não ser enquanto curso de ação é responsável pela tal semi-independência da mídia.

Já vimos que esta abordagem identifica dois modos pelos quais um dado elemento pode ser mobilizado para um curso de ação. A primeira forma é como intermediário, ou seja, um mero instrumento de comunicação no sentido transmissionista, um mero transporte de características que não altera aquilo que é transportado; a segunda maneira é a sua mobilização como um mediador, neste caso provocando alguma transformação no curso de ação, portanto algum desvio com relação ao programa de ação que o mobiliza.

O fenômeno da midiaticização pode perfeitamente ser visto por este prisma, passa a oferecer dificuldades menores na compreensão do entrelaçamento e das respectivas

dinâmicas de autonomia e heteronomia entre instituições. Não seria difícil nem mesmo propor esta definição forte de mediação/tradução como alternativa à própria noção de estruturação. Não mais de alguma “Estrutura” fora do tempo e do espaço, mas da composição de atores-rede enquanto cursos complexos de ação, capazes de mobilizar actantes heterogêneos sem qualquer respeito a supostas fronteiras entre níveis micro ou macrossociológicos.

A proposta de Hjarvard acerta na percepção do que está de fato ocorrendo na sociedade. O problema é antes o caminho desnecessariamente tortuoso e acidentado até este destino. Uma rota alternativa poderia vir de Bourdieu com seu pequeno e célebre trabalho dedicado à mídia (BOURDIEU, 1997). O autor sugere uma posição muito parecida com a de Hjarvard, e o que é mais interessante, a mesma contradição quanto a autonomia e heteronomia nas relações entre mídia e demais instituições. Para o autor francês, apesar de reconhecer que o jornalismo foi capaz de constituir-se com regras próprias, seria a extrema fragilidade das mídias frente ao mercado e não sua independência institucional (mesmo que relativa) o que condenaria as instituições que dela dependem para comunicação, ou simplesmente para gerir a própria imagem, a ficarem a mercê dos baixos critérios impostos pela disputa por audiência, pelo tempo reduzido, pela linguagem e abordagem popularescas ou pelo déficit de atenção de que sofre e de que faz sofrer seu público.

Aqui também se nota a confusa mistura de poder e fragilidade, de uma potência global de imposição da própria influência aliada a uma dependência explícita e deletéria com relação a outros campos, principalmente o mercado. Basta lembrar o papel positivo do livre mercado na história de institucionalização apresentada por Hjarvard para perceber a contradição entre as perspectivas, que no entanto chegam ao mesmo diagnóstico.

Que ocorreu no meio do caminho? A discordância reside no grau de autonomia e heteronomia da mídia inscrito em ambas as perspectivas. A própria ideia de uma instituição semi-independente atesta esta contradição mal escondida, e que ajuda a obscurecer a hibridização e complexidade das redes sociais em construtos que se revelam compromissos parciais e contraditórios entre conceitos irreconciliáveis.

Finalmente, vamos lembrar quando Hjarvard diferencia mediatização de mediação, deixando à mediação a mera articulação concreta de meios para a interação no mundo real. Mais tarde, porém, ele vai afirmar que frequentemente não é possível decidir

se existe autonomia ou heteronomia sem a análise empírica das mediações efetivamente realizadas.

Tendo em conta o fato de serem os meios de comunicação influenciados por outros campos ou instituições, nem sempre teremos certeza de que certos impactos midiáticos observados traduzem uma influência exclusiva por parte da lógica da mídia. Por vezes, a midiaticização vai de par com a comercialização ou a politização, só sendo possível determinar se é ela o processo predominante por meio de análise. Toda análise empírica da midiaticização deve, pois, investigar se e até que ponto outras instituições (aqui concebidas como campos no vocabulário de Bourdieu) ganharão ou perderão autonomia em sua interação com as diversas formas de mídia. (HJARVARD, 2014, p. 72)

Ora, se é apenas na mediação que se podem identificar as inscrições de diversos programas de ação que se entrecruzam e interferem uns com os outros nas articulações entre mídia e demais instituições, por que não começar daí, partindo de uma concepção da mediação como tradução e articulação entre cursos de ação e aceitando, portanto, seu papel na tessitura da rede imensamente complexa da midiaticização? Esta pequena tradução bastaria para superar a visão purificadora cujos limites o próprio autor revela, construindo uma compreensão composicionista das mediações sociais.

O próprio autor aponta como uma das diferenças entre a modernidade tardia e as formas sociais tradicionais o aparecimento de vínculos menos estáveis entre órgãos da governança burocrática e diversos espaços sociais. É o que a Sociedade em rede de Castells (2000) detecta em todos os âmbitos da governança em rede que substitui as formas hierárquicas, verticais e totalizantes do passado. “Nos sistemas midiáticos nacionais do passado, as ligações entre os meios de comunicação e as instituições políticas e culturais eram em geral, bastante fortes” (HJARVARD, 2014, p.65). Hoje o grau de autonomia da mídia aumentou com relação a estes pólos, ao preço, de acordo com o próprio Hjarvard, de uma dependência completa com relação ao mercado.

MIDIATIZAÇÃO E COMPOSIÇÃO DA TESSITURA SOCIAL

A mídia é mobilizada pelas demais redes e provoca, portanto, desvios nos seus cursos de ação sempre que não é incorporada como um mero intermediário. Não há possibilidade de que a midiaticização da política, economia, religião; ou ainda, família, a sala de aula, o escritório, seja realizada sem certa perda de autonomia.

Um ator é algo que faz diferença no desenrolar da ação, raramente é um mero instrumento, um intermediário que não contribui com algum tipo de desvio no curso inicial. A começar pelo fato de que esta articulação tem um custo, e precisa ser mantida pela rede mobilizadora. O jornalista precisa de um vínculo profissional, esteja trabalhando na mídia ou no Ministério do Trabalho que garante o tal vínculo. Precisa ainda de treinamento específico. Foi anteriormente formado em uma faculdade que prescreveu formas de atuação, expectativas e hábitos interpretativos. Adquiriu experiência talvez em redações, talvez em outras assessorias que mantem-se zelosamente articuladas com a mídia. Quem sabe na assessoria de um tribunal capaz de interferir na exigência de diploma para o exercício da profissão. O percurso individual de cada mediador profissional torna evidente a impossibilidade de se desatar as instituições uma das outras, isolando e preservando a sua lógica interna.

Se, por um lado, as consequências desta complexidade não são caóticas como aquelas previstas pelos pós-modernos, como bem vê Hjarvard; por outro, tampouco acarretam a colonização necessária de uma rede por outra, como ele teme estar acontecendo.

Usando uma alegoria um tanto fora de moda: constatar que o cérebro é o órgão mais vascularizado do corpo não o transforma em apêndice do sistema circulatório. O intenso entrelaçamento revela antes o grau de importância de um órgão, ou de qualquer actante. Esta importância não permite absolutamente supor uma independência com relação ao restante da rede.

A conclusão aqui proposta é que autonomia e heteronomia são graus de relativo sucesso (ou fracasso) na composição de redes complexas, híbridas e heterogêneas. Esta estabilização, quando bem sucedida, esconde em uma caixa-preta toda a complexidade ali mobilizada, mas bastará um defeito no funcionamento, uma controvérsia em torno dos seus efeitos, uma inovação que modifique a economia do trabalho ali realizado para que a sua natureza híbrida se revele em uma tessitura composta com fios econômicos, técnicos, sociais, culturais, que se prolongam e conectam interior e exterior, exercendo variados graus de influência tanto em um sentido, quanto em outro.

É inegável que a mídia seja particularmente presente na composição social (isto é praticamente uma definição do que a mídia é e faz) e que sua importância seja capital na contemporaneidade, marcada por uma aceleração e intensificação global dos seus fluxos. É certo que complicadas tensões emergem dos seus variados vínculos de mediação

e intermediação junto a outras instituições, grupos e indivíduos. Todos os riscos de deturpação, manipulação, colonização estão ali presentes, só que nos dois sentidos e, a cada articulação, de maneira potencialmente imprevista, às vezes subversiva.

Tendo em mente este quadro, a melhor forma de zelar pelo equilíbrio e vitalidade da composição parece estar no engajamento na própria política das mediações enquanto traduções interessadas dos programas de ação de actantes diversos ora em conflito, ora em colaboração. Felizmente, a época da mais intensa midiatização é também a época da abertura de novas possibilidades de mediação para todos os mediadores mobilizados, ainda que não se possa ignorar a imensa diferença de alcance entre interagentes individuais e as mídias oficial e corporativa. A solução deste problema só pode ser mediatizar ainda e cada vez mais a sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LEMOS, André e HOLANDA, André. Do Paradigma ao Cosmograma: Sete Contribuições da Teoria Ator-Rede para a Pesquisa em Comunicação. *XXII Encontro Anual da Compós GT de Epistemologia*, 2013.

FAUSTO NETO, Antônio. Fragmentos de uma «analítica» da midiatização. *REVISTA MATRIZES*. 2008, Vol. 1.2.

GIBSON, James J. *The concept of affordances*. Perceiving, acting, and knowing. 1977. pp. 67-82.

GIDDENS, Anthony. *A Constituição da Sociedade*. 3ª edição 2009, 2ª tiragem. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

HEPP, Andreas. Mediatization, Media Technologies and the ‘Moulding Forces’ of the Media. In: *Internation Communication Association’s Conference*. Boston, 2011.

_____. “As configurações comunicativas de mundos midiatizados: pesquisa da midiatização na era da ‘mediação de tudo’”. *REVISTA MATRIZES*. 2014, Vol. 8.1, pp. 45-64.

HJARVARD, Stig. *Midiatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural*. Mediatization: Theorising the Media as Agents of Social and Cultural Change. *REVISTA MATRIZES*. 2012, Vol. 5, pp. 53-92.

_____. *A Midiatização da Cultura e da Sociedade*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2014.

HOLANDA, André. *Traduzindo o Jornalismo para tablets com a teoria Ator-rede*. 2014. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro : Editora 34, 1994.

_____. *Reagregando o social*. Uma introdução à teoria Ator-rede. Salvador: EDUFBA, Bauru: EDUSC, 2012.

LEMOS, André. *A comunicação das coisas: Teoria ator-rede e cibercultura*. São Paulo: Annablume, 2013.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. “Mediação e recepção. Algumas conexões teóricas e metodológicas nos estudos latino-americanos de comunicação.” *REVISTA MATRIZES*. 2014, Vol. 8, Nº 1, pp. 65-80.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Editora UFRJ, 2013, p. 258-308, 1997.

NORMAN, Donald. *Design of everyday things*. New York: First Doubleday/Currency Editions, 1990.

REVISTA MATRIZES. São Paulo: USP. Vol. 8, Nº 1, 2014.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade*. Petrópolis: Vozes, 2004.

VERÓN, Eliseo. Teoria da midiatização: uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas consequências. *REVISTA MATRIZES*. 2014, Vol. 8.1, pp. 13-19.

Artigo recebido: 08 de agosto de 2014

Artigo aceito: 10 de novembro de 2014